

Recomendação à Assembleia da República

Aprovada na Sessão Plenária de 27 de maio de 2014

Os Deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens/Secundário recomendam à Assembleia da República a adoção das seguintes medidas:

1. Obrigatoriedade da introdução do número de elementos do agregado familiar para o cálculo de taxas, impostos e outras contribuições. Ex: IMI, Tarifa Familiar da Água, etc.
2. Implementação/incremento de políticas de apoio à natalidade tais como uma redução do IVA dos produtos destinadas a bebés, alargar os direitos do abono de família e direito ao subsídio de arrendamento para a habitação jovem.
3. Atribuição de benefícios fiscais a empresas que possuam creches e infantários e atribuição de apoios às empresas que não os possuem mas que desejam possuir. Isto visando conciliar a vida profissional com a vida familiar dos trabalhadores, e também implementar medidas subsidiárias.
4. Incentivos fiscais e redução de impostos para os empreendedores que apresentem projetos válidos para a criação e consolidação de postos de trabalho, se os mesmos produzirem ou utilizarem produtos nacionais.
5. Reforço do apoio financeiro às famílias carenciadas e numerosas (com três ou mais filhos), estendendo-se ao transporte escolar, à alimentação e, cumulativamente, a bolsas de estudo ou de mérito atribuídas pelas instituições de ensino, a vigorar enquanto os jovens tenham aproveitamento escolar.
6. Diminuir a burocracia e melhorar os serviços de apoio técnico inerentes à aprovação de projetos e criação de empresas, assim como divulgar os programas de apoio existentes.
7. Criação e implementação de empresas universitárias por todo o País para jovens empreendedores, livres de impostos, com apartado fixo na própria universidade, permitindo, deste modo, o maior aproveitamento da formação especializada, cativando a contínua estadia dos jovens portugueses, alterando o regulamento das bolsas do ensino superior.
8. Promover a existência e criação de pequenas e médias empresas, quer facilitando a sua criação quer concedendo benefícios fiscais, nomeadamente nas empresas do interior e que

João Cardoso
Patrícia Lopes
Nádia Duarte

Sessão Nacional - 26 e 27 de maio de 2014
Crise demográfica (emigração, natalidade, envelhecimento)

promovam emprego jovem, sendo que estas ter-se-iam de comprometer a manter a sua sede num período de cinco anos.

9. Criação de postos de trabalho através da facilitação do crédito às PME, do apoio à criação de novas empresas através de cofinanciamento da União Europeia, com uma fiscalização apertada, no setor primário (agricultura, pecuária e pesca) assim como no turismo, que permitam a fixação da população jovem e criem melhores condições de vida que permitam aos jovens constituir família mais cedo e mais numerosa.
10. Abertura de edifícios reabilitados à microincubação empresarial e ao empreendedorismo jovem e qualificado, para combater a emigração, criando emprego e dinamizar as famílias.

Os Membros da Mesa

Presidente: João Cardoso

João Pedro Pimenta da Costa Cardoso

Vice-Presidente: Miguel Fonseca

Miguel Fonseca

1.^a Secretária: Patrícia Marques

Patrícia Marques

2.^a Secretária: Mariana Duarte

Mariana Duarte